

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026**

O Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP torna público que está aberto o Pregão Eletrônico nº 25/2026, **destinado exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais**. O edital e demais informações sobre a licitação podem ser obtidos no site [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS:**

- I - **OBJETO:** Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), como boné, bota, botina, calça, camiseta, camisa manga comprida, luva, capa de chuva, capacete, cinto de segurança, cones de sinalização, fita zebra, jardineira de segurança, óculos de segurança, palmilha têxtil anti-perfuração, respirador purificador e tela tapume, conforme especificações constantes no Termo de Referência;
- II - **MODALIDADE DA LICITAÇÃO:** Pregão
- III - **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço
- IV - **MODO DE DISPUTA:** Aberto
- V - **IMPUGNAÇÕES E ESCLARECIMENTOS:** Até às 23h59 do dia 05/06/2026
- VI - **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Horário de Brasília
- VII - **RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:** Até às 14h do dia 10/06/2026
- VIII - **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** Às 14h01 do dia 10/06/2026
- IX - **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA:** Às 14h01 do dia 10/06/2026 no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

Pelotas, 22 de maio de 2026.

Michele Schuster Borba  
Superintendente Administrativa

Visto.

Ellemer Wojahn  
Diretor-Presidente

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS  
SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS  
DIVISÃO DE COMPRAS E LICITAÇÃO**

**SUMÁRIO**

1. Do Objeto;
2. Dos Recursos Orçamentários;
3. Do Credenciamento;
4. Da Participação na Licitação;
5. Da Apresentação da Proposta e dos Documentos de Habilitação;
6. Do Preenchimento da Proposta;
7. Da Abertura da Sessão, Classificação das Propostas e Formulação de Lances;
8. Da Aceitabilidade e Julgamento das Propostas;
9. Da Fase de Habilitação;
10. Dos Recursos;
11. Da Reabertura da Sessão Pública;
12. Da Adjudicação e Homologação;
13. Da Garantia de Execução;
14. Do Termo de Contrato ou Instrumento Equivalente;
15. Da Entrega e do Prazo;
16. Das Obrigações da Contratante e da Contratada;
17. Do Pagamento;
18. Das Infrações e Sanções Administrativas;
19. Da Impugnação ao Edital e do Pedido de Esclarecimento;
20. Das Disposições Finais.

## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2026

O **SERVIÇO AUTÔNOMO DE SANEAMENTO DE PELOTAS – SANEP**, através da sua Divisão de Compras e Licitações, situada na rua Lobo da Costa, 585 – Centro – CEP 96010-902, Pelotas/RS – Fone (53) 3026-1139, torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, do tipo Menor Preço, sob número 25/2026, **destinado exclusivamente à participação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais**, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a **Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), como boné, bota, botina, calça, camiseta, camisa manga comprida, luva, capa de chuva, capacete, cinto de segurança, cones de sinalização, fita zebreada, jardineira de segurança, óculos de segurança, palmilha têxtil anti-perfuração, respirador purificador e tela tapume, conforme especificações constantes no Termo de Referência**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, Lei complementar nº 123/2006, bem como pela Lei Municipal nº 5.645/2009, Decreto Municipal nº 6.799/2023, Decreto Municipal nº 6.832/2024, Decreto Municipal nº 6.898/2024 e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Critério de Julgamento: **Menor Preço**

Modo de Disputa: **Aberto**

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

Recebimento das Propostas: **Até às 14h do dia 10/06/2026**

Início da Sessão de Disputa de Preços: **Às 14h01 do dia 10/06/2026** no endereço eletrônico [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), horário de Brasília – DF.

### 1. DO OBJETO

- 1.1. O objeto da presente licitação é a Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPIs), como boné, bota, botina, calça, camiseta, camisa manga comprida, luva, capa de chuva, capacete, cinto de segurança, cones de sinalização, fita zebreada, jardineira de segurança, óculos de segurança, palmilha têxtil anti-perfuração, respirador purificador e tela tapume, conforme especificações constantes no Termo de Referência, integrante do presente edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2. A licitação está dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens for de seu interesse.
- 1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço do lote, considerado o menor dispêndio para a Administração, nos termos do art. 34 da Lei nº 14.133/2021, e observadas às exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.
- 1.4. A entrega do objeto dar-se-á CIF/Pelotas, em até 45 (quarenta e cinco) dias a contar do recebimento da nota de empenho com a entrega a cargo e de responsabilidade plena da contratada.
- 1.5. Os produtos objeto desta licitação, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que somente serão aceitos após exame técnico efetuado pela Divisão de Almoxarifado e, caso não satisfaçam às especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, não serão aceitos, devendo ser retirados pelo fornecedor no prazo de 05 (cinco) dias consecutivos, contados a partir da notificação.

### 2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- 2.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

**Gestão/Unidade:** Administração Indireta

**Unidade Gestora:** 401 (SANEP)

**Fonte de Recursos:** 1501

**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Logística - 17.122.0003.2053.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Veículos - 17.122.0003.2055.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento Comercial - 17.122.0003.2056.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Águas - 17.122.0003.2060.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Esgoto - 17.122.0003.2062.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Logística - 17.122.0003.2053.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Obras Novas - 17.122.0003.2063.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Drenagem Urbana - 17.122.0003.2066.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Manutenção - 17.122.0003.2067.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Manutenção do Departamento de Resíduos Sólidos - 17.122.0003.2068.00  
**Programa de Trabalho/Ação:** Tratamento de Água - 17.512.0120.2319.00  
**Elemento de Despesa:** Material de Consumo (3.3.90.30.00)  
**Função:** 17 – Saneamento.

### 3. DO CREDENCIAMENTO

- 3.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.
- 3.2. O cadastro deverá ser feito no **Portal de Compras Públicas**, no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a esta licitação.
- 3.4. É de responsabilidade do licitante, além de se credenciar previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:
  - 3.4.1. Responsabilizar-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
  - 3.4.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no **Portal de Compras Públicas** e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 3.4.3. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
  - 3.4.4. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

- 3.4.5.** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica.
- 3.4.6.** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 3.5.** O fornecedor, ao utilizar sua senha de acesso ao sistema para dar um lance no evento, terá expressado sua decisão irrevogável de concluir a transação a que se refere o evento nos valores e condições do referido lance, e caso este lance seja o escolhido pelo comprador, será reputado perfeito e acabado o contrato de compra e venda do produto negociado.
- 3.6.** O fornecedor deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo pregoeiro e/ou pelo sistema ou de sua desconexão.
- 3.7.** A realização do procedimento estará a cargo da Divisão de Compras do SANEP e da Administradora do Pregão Eletrônico, empresa contratada para, através da Rede Mundial de Computadores, prover o sistema de compras eletrônicas.

#### **4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

- 4.1.** Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal de Compras Públicas.
- 4.2.** Não poderão disputar a licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
  - 4.2.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
  - 4.2.2.** Sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;
  - 4.2.3.** Sociedades cooperativas;
  - 4.2.4.** Empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
  - 4.2.5.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
  - 4.2.6.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
  - 4.2.7.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
  - 4.2.8.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 4.2.9.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
  - 4.2.10.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
  - 4.2.11.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

- 4.2.12.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.
- 4.3.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.
- 4.4.** O impedimento de que trata o item **4.2.7** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 4.5.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens **4.2.5** e **4.2.6** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- 4.6.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 4.7.** O disposto nos itens **4.2.5** e **4.2.6** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- 4.8.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.9.** A vedação de que trata o item **4.3** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 4.10.** A pessoa jurídica reunida em consórcio poderá participar da licitação, desde que observadas as regras do art. 15 da Lei nº 14.133/2021.
- 4.11.** É admitida a participação de empresas em recuperação judicial, desde que apresentada certidão emitida pela instância judicial competente demonstrando estar a empresa apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.

## **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

- 5.1.** Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 5.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 5.3.** Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens **9.12** deste Edital.
- 5.4.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 5.4.1.** Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados pela

- Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais e nas convenções coletivas de trabalho, e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 5.4.2.** Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.
  - 5.4.3.** Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.
  - 5.4.4.** Cumpre as exigências com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- 5.5.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021.
- 5.6.** No caso das empresas que foram beneficiadas pela Lei nº 12.546, de 2011, as propostas de preços deverão ser apresentadas com as alíquotas em vigor, nos termos da Lei nº 14.973, de 2024, aplicáveis para o ano de apresentação da proposta.
- 5.6.1.** A pedido da empresa contratada, o preço do contrato poderá ser revisto, nos termos do art. 134 c/c art. 136, I, da Lei nº 14.133/2021, após efetiva majoração das alíquotas, conforme regime de transição previsto no art. 9ºA e 9º-B da Lei nº 12.546, de 2011, com a redação dada pela Lei nº 14.973, de 2024.
- 5.7.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus artigos 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.
- 5.7.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
  - 5.7.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- 5.8.** Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, a pessoa jurídica:
- 5.8.1.** De cujo capital participe outra pessoa jurídica;
  - 5.8.2.** Que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
  - 5.8.3.** De cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.8.4.** Cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123/2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.8.5.** Cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
  - 5.8.6.** Constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

- 5.8.7. Que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- 5.8.8. Que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;
- 5.8.9. Resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- 5.8.10. Constituída sob a forma de sociedade por ações.
- 5.8.11. Cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.
- 5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 ou 4.6 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021, e neste Edital.
- 5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.
- 5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:
  - 5.13.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - 5.13.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- 5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - 5.14.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
  - 5.14.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- 5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- 5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- 5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

- 6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
  - 6.1.1. Valor unitário do item e valor total do item, em moeda corrente nacional;

- 6.1.2.** Descrição detalhada do objeto, contendo as informações de forma clara e precisa, observadas as especificações contidas no edital e Termo de Referência.
- 6.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- 6.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 6.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 6.5.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- 6.5.1.** No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.
- 6.6.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 6.7.** Na presente licitação, destinada ao fornecimento de material, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, uma vez que o objeto não se caracteriza como cessão ou locação de mão de obra para fins tributários, não incidindo, portanto, a vedação prevista no art. 17, inciso XII, da referida Lei Complementar.
- 6.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 6.9.** O prazo de validade da proposta não **será inferior a 60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 6.10.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 6.11.** Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.12.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.
- 6.13.** O descumprimento das regras supramencionadas pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas do Estado e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição Federal; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 7.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

- 7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 7.3. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando, desde logo, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência, conforme o art. 59 da Lei nº 14.133/2021.
  - 7.3.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.
  - 7.3.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.
  - 7.3.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.
- 7.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 7.5. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 7.6. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
  - 7.6.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital.
- 7.7. O lance deverá ser ofertado pelo **VALOR UNITÁRIO** do item.
- 7.8. Os proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 7.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 7.10. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1% (um por cento).
- 7.11. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 7.12. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 7.13. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “ABERTO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
  - 7.13.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
  - 7.13.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados neste período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
  - 7.13.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.
  - 7.13.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
  - 7.13.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.14. Caso seja adotado para o envio de lances na licitação o modo de disputa “ABERTO E FECHADO”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.



<http://www.portaldecompraspublicas.com.br>, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

- 7.21.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.22.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial, caso a contratação não se enquadre nas vedações dos §§1º e 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538/2015.
- 7.22.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.22.2.** A licitante mais bem classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.22.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.22.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.22.5.** A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.23.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.24.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, nesta ordem:
- 7.24.1.** Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- 7.24.2.** Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;
- 7.24.3.** Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto nº 11.430, de 8 de março de 2023;
- 7.24.4.** Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme Decreto nº 12.304, de 2024.
- 7.25.** Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.25.1.** Empresas estabelecidas no território do Estado ou do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação

- realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.25.2. Empresas brasileiras;
  - 7.25.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
  - 7.25.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.
- 7.26. Esgotados os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 7.27.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
  - 7.27.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
  - 7.27.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.
  - 7.27.4. O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no **prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta readequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
  - 7.27.5. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.28. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho do lote ou qualquer outro motivo.
- 7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA ACEITABILIDADE E JULGAMENTO DA PROPOSTA**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.
- 8.2. Será desclassificada a proposta vencedora que:
  - 8.2.1. Contiver vícios insanáveis;
  - 8.2.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
  - 8.2.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
  - 8.2.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
  - 8.2.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 8.3. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
- 8.4. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Pregoeiro, que comprove:
  - 8.4.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
  - 8.4.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

- 8.5. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 8.6. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências para que a licitante comprove a exequibilidade da proposta.
- 8.7. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 8.8. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 8.8.1. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pelo Pregoeiro por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 8.9. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 8.10. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.
- 8.11. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.
- 8.12. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.
- 8.13. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.14. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.
- 8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.
  - 8.15.1. Em se tratando de obras e serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.
  - 8.15.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.
  - 8.15.3. Caso a produtividade seja diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas

- admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade;
- 8.15.4.** Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.
- 8.15.5.** Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.
- 8.16.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 8.16.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.
- 8.16.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- 8.17.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- 8.18.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.19.** Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.
- 8.20.** Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.
- 8.21.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 8.22.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.
- 8.23.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.
- 8.24.** Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

- 9.1.** Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos documentos inseridos no portal de compras públicas, e ainda nos seguintes cadastros:

- 9.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br));
- 9.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 9.1.3. Lista de inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0>)
- 9.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
  - 9.1.4.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
  - 9.1.4.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
  - 9.1.4.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
- 9.1.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.
- 9.1.6. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do sistema, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e à habilitação técnica.
  - 9.2.1. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes no sistema, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.
  - 9.2.2. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).
  - 9.2.3. A documentação exigida para fins de habilitação econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
- 9.3. Em caso de participação de empresas em consórcio, será exigido o acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para a habilitação econômico, salvo justificção no processo licitatório. Essa regra não se aplica aos consórcios formados, em sua totalidade, por microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei.
- 9.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas** sob pena de inabilitação.
- 9.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.
- 9.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.7. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto

aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

- 9.7.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.8.** As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006.
- 9.8.1.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por mais 05 (cinco) dias úteis a critério da Administração Pública.
- 9.8.2.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º do artigo 43 da Lei Complementar nº 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 9.9.** Os licitantes deverão encaminhar, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, nos termos deste Edital a Proposta Financeira (Anexo IV), onde deverá constar:
- Indicação do nome do Banco, número da conta, o nome e número da agência, onde deverão ser depositados os pagamentos das obrigações pactuadas;
  - O nome do representante legal da empresa para posterior assinatura do contrato quando necessário;
  - A identificação da empresa proponente, a validade da proposta, o prazo de entrega, a descrição e unidade fornecimento indicando uma única marca/modelo para o produto ofertado (quando for o caso), dos itens constantes do (Anexo I) do Edital.
- 9.10.** Os licitantes também deverão encaminhar a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- 9.10.1.** Comprovação de existência jurídica da licitante, mediante cópia autenticada do contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial ou Certidão Simplificada expedida pela Junta Comercial do respectivo Estado.
- 9.10.1.1.** O objeto social da licitante deverá ser compatível com o serviço a ser licitado, caso o objeto social da licitante seja incompatível com o serviço a ser licitado este será considerado inabilitado para a execução dos serviços.
- 9.10.2.** No caso de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte ou Microempreendedores Individuais deverão as mesmas comprovarem sua condição de ME e EPP através da opção pelo SIMPLES NACIONAL nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, comprovando no ano-calendário anterior, receita bruta até o limite definido no inciso II do *caput* do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, ou através de comprovação de enquadramento na Junta Comercial.
- 9.10.3.** Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 9.10.4.** Apresentação das declarações descritas conforme (Anexo III) deste edital.

#### **HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- 9.10.5.** Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

- 9.10.6.** Prova de inscrição no cadastro de contribuinte estadual e/ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- 9.10.7.** Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de todos os tributos municipais do domicílio ou sede de proponente.
- 9.10.8.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/14, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.10.9.** Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada.
- 9.10.10.** Certificado de Regularidade de Situação (CRF) perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.
- 9.10.11.** Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho.
- 9.10.12.** Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 9.10.13.** Em caso de apresentação de Certidão Positiva com Efeitos de Negativa, considera-se certidão positiva com efeitos de negativa e serão aceitas somente as certidões onde conste a existência de débitos:
- Não vencidos;
  - Em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetuada a penhora;
  - Cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, depósito de seu montante integral ou reclamações ou recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo; e
  - Sujeitos à medida liminar em mandado de segurança.
- 9.11.** Não tendo a empresa classificada como vencedora do certame apresentado a documentação exigida, no todo ou em parte, será esta desclassificada, podendo a ela ser aplicada as penalidades previstas na legislação que rege o procedimento, e será convocada então a empresa seguinte na ordem de classificação, observada as mesmas condições propostas pela vencedora.
- 9.12.** A documentação exigida poderá ser substituída, pelo extrato do SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores), com validade plena, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.13.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 9.13.1.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.
- 9.14.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

- 9.15. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.
- 9.16. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no *chat* e nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 9.17. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 9.18. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.
- 9.19. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.
- 9.21. O objeto da presente licitação refere-se à aquisição de **bens de consumo comuns**, cuja especificação é suficientemente clara e objetiva, sendo **dispensada** a exigência de apresentação de documentos de qualificação técnica.

## 10. DOS RECURSOS

- 10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- 10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
- 10.3.1. A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
- 10.3.2. O prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
- 10.3.3. O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
- 10.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- 10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- 10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

- 10.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 10.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 10.10.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

## **11. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**11.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**11.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**11.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**11.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**11.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico *chat*, ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**11.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no cadastro do Portal de Compras Públicas, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **12. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**12.1.** Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133/2021.

## **13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**13.1.** O licitante vencedor deve garantir o perfeito funcionamento dos equipamentos assim como quaisquer dos seus componentes, pelo prazo de 24 (vinte e quatro) meses a partir da data de entrega, sem ônus adicional ao SANEP.

## **14. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**14.1.** Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

**14.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**14.3.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

- encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de seu recebimento;
- disponibilizar acesso ao sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 3 dias úteis; ou
- outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 3 dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

- 14.4.** Os prazos dos itens **14.2** e **14.3** poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 14.5.** O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.
- 14.6.** Previamente à contratação, a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 14.7.** Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.
- 14.7.1.** Na hipótese de irregularidade, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexo.
- 14.8.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato.

## **15. DA ENTREGA E DO PRAZO**

- 15.1.** A entrega do objeto dar-se-á CIF/Pelotas, em até 45 (quarenta e cinco) dias para os itens que necessitam de confecção e personalização; para os demais itens, a entrega deverá ocorrer em até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho, com o descarregamento a cargo e de responsabilidade plena da contratada.
- 15.2.** A entrega dos equipamentos deverá se dar nas dependências do SANEP, na Divisão de Almoxarifado, sito na Rua Almirante Tamandaré, 140 – Bairro Porto – CEP 96010-750, Pelotas/RS, no horário compreendido entre 8h e 14h de segunda a sexta-feira, em até 30 (trinta) dias após assinatura do contrato, com frete por conta do fornecedor, ficando a cargo do SESMT conferi-lo, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.
- 15.3.** Os produtos objeto desta licitação, deverão estar dentro das normas técnicas aplicáveis, ficando, desde já, estabelecido que somente serão aceitos após exame técnico efetuado pelo SESMT.
- 15.4.** Caso o objeto não esteja de acordo com as especificações exigidas ou apresentem defeitos e incorreções, o SESMT não o aceitará e lavrará termo circunstanciado do fato, que deverá ser encaminhado à autoridade superior, sob pena de responsabilidade.
- 15.6.** Na hipótese da não aceitação do objeto, o mesmo deverá ser retirado pelo fornecedor no prazo de 5 (cinco) dias consecutivos contados da notificação da não aceitação, para reposição no prazo máximo de 15 (quinze) dias consecutivos.
- 15.7.** O SESMT terá o prazo máximo de 7 (sete) dias úteis para processar a conferência do que foi entregue, notificando a Contratada para substituição do objeto entregue quando em desacordo com as especificações.
- 15.8.** O recebimento não exclui a responsabilidade da Contratada pela perfeita execução do contrato (empenho), ficando a mesma obrigada a substituir, no todo ou em parte, o objeto do contrato, se a qualquer tempo se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

## **16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

- 16.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada encontram-se detalhadamente estabelecidas no Termo de Referência e na minuta do contrato, que integram o presente instrumento para todos os fins de direito.

## **17. DO PAGAMENTO**

- 17.1. O pagamento à empresa vencedora será efetuado conforme as condições, prazos e procedimentos estabelecidos no Termo de Referência e no instrumento contratual.

## **18. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 18.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante/adjudicatário que, com dolo ou culpa:
- 18.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Pregoeiro durante o certame;
  - 18.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
    - 18.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
    - 18.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
    - 18.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
    - 18.1.2.4. Deixar de apresentar amostra;
    - 18.1.2.5. Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
  - 18.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 18.1.4. Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
  - 18.1.5. Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
  - 18.1.6. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
  - 18.1.7. Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - 18.1.8. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
    - 18.1.8.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
    - 18.1.8.2. Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
    - 18.1.8.3. Apresentar amostra falsificada ou deteriorada.
  - 18.1.9. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
  - 18.1.10. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.
- 18.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- a) Advertência;
  - b) Multa;
  - c) Impedimento de licitar e contratar; e
  - d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 18.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
  - 18.3.2. As peculiaridades do caso concreto;
  - 18.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
  - 18.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
  - 18.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 18.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

- 18.4.1.** Para as infrações previstas nos itens **18.1.1**, **18.1.2**, **18.1.3** e **18.1.4** a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.
- 18.4.2.** Para as infrações previstas nos itens **18.1.5**, **18.1.6**, **18.1.7**, **18.1.8**, **18.1.9** e **18.1.10**, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.
- 18.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 18.6.** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 18.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **18.1.1**, **18.1.2**, **18.1.3**, **18.1.4** e **18.1.5**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Pelotas, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 18.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **18.1.6**, **18.1.7**, **18.1.8**, **18.1.9** e **18.1.10**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **18.1.1**, **18.1.2**, **18.1.3**, **18.1.4** e **18.1.5** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.
- 18.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 11.1.5, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- 18.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 18.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 18.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 18.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 18.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 18.15.** Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de *e-mail* informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Portal de Compras Públicas.
- 18.15.1.** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Portal de Compras Públicas serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

- 18.16.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas, esgotada a fase recursal no Portal de Compras Públicas, e no caso de impedimento do direito de licitar e contratar, o licitante deverá ser descredenciado por igual período.
- 18.17.** Somente a autoridade que registrou as penalidades no Portal de Compras Públicas poderá fazer a sua retirada.

## **19. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

- 19.1.** Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital e/ou apresentar pedido de esclarecimento.
- 19.2.** A resposta à impugnação ou a pedido de esclarecimento será divulgada no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 19.3.** A impugnação e/ou pedido de esclarecimento deverão ser feitos exclusivamente por forma eletrônica através do sistema [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).
- 19.4.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 19.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, salvo quando se amolda ao art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.
- 19.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro, nos autos do processo de licitação.
- 19.6.** As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.
- 19.7.** As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.
- 19.8.** A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

## **20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 20.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 20.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- 20.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 20.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 20.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 20.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 20.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

- 20.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 20.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 20.10.** O licitante é o responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.
- 20.10.1.** A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do documento equivalente, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.
- 20.11.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 20.12.** A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto e incontornável, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado, desde que observados os princípios da ampla defesa e contraditório.
- 20.12.1.** A anulação do Pregão induz à extinção do contrato.
- 20.12.2.** A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.
- 20.13.** É facultado à Autoridade Superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.
- 20.14.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br). Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital poderão ser obtidos na data prevista no Portal de Compras Públicas.
- 20.15.** Para dirimir quaisquer questões decorrentes do procedimento licitatório, elegem as partes o Foro da cidade de Pelotas/RS, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.
- 20.16.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:  
Anexo I. Termo de Referência;  
Anexo II. Declaração de apresentação dos documentos de habilitação;  
Anexo III. Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;  
Anexo IV. Modelo Proposta;  
Anexo V. Declaração de que cumpre os requisitos de habilitação e especificações do objeto;  
Anexo VI. Modelos ilustrativos.

Pelotas, xx de xxxx de 2026.

Michele Schuster Borba  
Superintendente Administrativa

Visto.  
Ellemar Wojahn  
Diretor-Presidente

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2026

### ANEXO I

#### TERMO DE REFERÊNCIA

#### 1. DO OBJETO, VALOR E CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a aquisição de **equipamentos de proteção individual (EPIs)**, nos termos das tabelas abaixo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	UN.	100	Boné na cor azul royal, com logotipo do SANEP na frente de cor branca (dimensões aproximadas de 8 cm de largura x 3 cm de altura), com regulagem de tamanho e tela atrás.	628838	R\$ 17,97	R\$ 1.797,00
2	UN.	100	Boné tipo árabe, na cor azul royal, com logotipo do SANEP na frente de cor branca, com regulagem atrás.	415527	R\$ 15,06	R\$ 1.506,00
3	PAR	195	Bota de PVC, cor preta, cano longo, tipo D, impermeável, cabedal e solado em PVC, antiderrapante, injetada em uma peça somente, no mínimo 32 cm (medido da parte inferior do solado até a parte superior do cano), flexível, com parte interna forrada em poliéster. <b>CA 37773 (referência)</b>  <b>Tamanhos e quantidades: T 36 = 5 pares; T 38 = 10 pares; T 39 = 20 pares; T 40 = 50 pares; T 41 = 20 pares; T 42 = 40 pares; T 43 = 30 pares; T 44 = 10 pares; T 45 = 05 pares; T 46 = 05 pares.</b>	618295	R\$ 47,61	R\$ 9.283,95
4	PAR	485	Botina de 1ª linha, na cor preta, com cadarço, cabedal de vaqueta hidrofugada, forração de tecido com alma de fibra, solado de poliuretano de injeção direta no cabedal em bidensidade (0,4 g/cm <sup>3</sup> ), e de alta densidade (1,0 g/cm <sup>3</sup> ), absorver choque, contraforte termoplástico acolchoado com espuma de poliuretano, com especificação técnica. <b>CA 8681; 50759 (referência)</b>	413637	R\$ 102,38	R\$ 49.654,30

			<p><b>Tamanhos e quantidades: T 36 = 10 pares; T 37 = 10 pares; T 38 = 30 pares; T 39 = 80 pares; T 40 = 120 pares; T 41 = 100 pares; T 42 = 100 pares; T 43 = 30 pares; T 46 = 05 pares.</b></p>			
5	UN.	700	<p>Calça com no mínimo duas costuras ponto corrente, sarja 3/1, 100% algodão, peso 266 g/m<sup>2</sup>, faixa refletiva abaixo do joelho com no mínimo 02 cm, cadarço inteiro e elástico na cintura, com pelo menos um bolso atrás do lado direito com botão e dois bolsos na frente, na cor azul royal, com logotipo vertical do SANEP, na cor branca, na parte superior da perna esquerda medindo 15 cm de comprimento (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p> <p><b>Tamanhos e quantidades: P = 50; M = 140; G = 240; GG = 200; XGG = 40; XXG = 30.</b></p>	468657	R\$ 62,80	R\$ 43.960,00
6	UN.	160	<p>Camisa manga comprida, abertura frontal com abotoamento, com elástico no punho e três costuras, ponto corrente, tipo sarja, 100% algodão, peso 266 g/m<sup>2</sup>, na cor azul royal, com bolso na frente no lado esquerdo, com logotipo do SANEP, na cor branca, nas costas e no bolso da frente; c/ faixa refletiva de 2 cm de largura x 30 cm de comprimento abaixo do logotipo nas costas (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p> <p><b>Tamanhos e quantidades: G = 100; GG = 60</b></p>	463848	R\$ 37,58	R\$ 6.012,80
7	UN.	440	<p>Camiseta, manga curta, gola redonda modelo básico, malha de poli viscose na cor azul royal, com logotipo do SANEP nas costas (dimensões aproximadas de 28 cm de largura x 10 cm de altura) e na frente (dimensões aproximadas de 8 cm de largura x 3 cm de altura), do lado esquerdo, na cor branca (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p>	444178	R\$ 22,13	R\$ 9.737,20

			<p><b>Tamanhos e quantidades: P = 40; M = 90; G = 140; GG = 90; XGG = 40; EXGG = 40</b></p> <p><b>Solicitamos atenção especial na verificação dos tamanhos XGG e EXGG, mediante a prova.</b></p>			
8	PAR	600	<p>Luva multitalo de segurança, confeccionada em suporte têxtil, revestimento em poliuretano na face palmar e ponta dos dedos, punho tricotado com elástico, dorso descoberto.</p> <p><b>CA 30916; 15272 (referência)</b></p> <p><b>Tamanhos e quantidades da palma: T 9 = 200 pares; T 10 = 350 pares</b></p>	604688	R\$ 3,06	R\$ 1.836,00
9	PAR	300	<p>Luva mista confeccionada em raspa de couro no dorso e vaqueta na palma. Deve ser acompanhada de punho curto com medidas de no mínimo 7 cm a 10 cm. Tamanho 11.</p> <p><b>CA 29011 (referência).</b></p>	603259	R\$ 18,41	R\$ 5.523,00
10	PAR	400	<p>Luva de borracha nitrílica com no mínimo comprimento de 45 cm e 0,56 mm de espessura.</p> <p><b>Palma 9 = 200; Palma 10 = 200</b></p> <p><b>CA 12598 (referência).</b></p>	302073	R\$ 26,80	R\$ 10.720,00
11	UN.	200	<p>Capa de chuva amarela confeccionada em tecido de nylon com manga comprida (com logotipo do SANEP nas costas de cor azul royal), com uma face externa em poliamida e a outra em PVC, costuras impermeabilizadas, fechamento frontal, com capuz fixo ajustado por cadarço com regulador e ponteira em PVC, punhos ajustados com elástico, com ventilação peito e costas com faixa refletiva peito e costas, aprovado para chuva, umidade. <b>CA 28728 (referência)</b></p> <p><b>Tamanhos: M = 40; G = 60; GG = 50; GXX = 50.</b></p>	624146	R\$ 143,92	R\$ 28.784,00
12	UN.	60	<p>Capacete de segurança na cor azul, Tipo II, classe A, aba frontal, carneira injetada em polietileno e</p>	322303	R\$ 22,24	R\$ 1.334,40

			com regulagem, coroa composta de duas tiras de tecido poliéster cruzadas, possuir tira absorvedora de suor, com regulagem através de ajuste simples e deve apresentar tira jugular. Deverá apresentar selo do INMETRO. <b>CA 29637; 8304 (referência).</b>			
13	UN.	05	Cinto de segurança tipo paraquedista com 02 (dois) pontos de conexão nos ombros, totalmente ajustável, confeccionado em fita poliéster; Conexão dorsal de 01 (um) ponto, uma argola "D" inclinada, em aço – Utilizada para retenção de queda (A); Conexão peitoral de 01 (um) ponto, duas alças em poliéster – Utilizadas para retenção de queda (A/2); Fivelas duplas de aço para ajustes nas pernas, suspensórios. Deve ser acompanhado de talabarte de Segurança modelo "Y" composto de fita de poliéster, dois conectores classe A com abertura de 55 mm, um conector classe "B" com abertura de 20 mm, ambos conectores com dupla travam de segurança, absorvedor de energia acoplado. **Modelo para espaço confinado. <b>CA 36647 (referência).</b>	252530	R\$ 169,15	R\$ 845,75
14	UN.	100	Cones de sinalização: refletivos, em PVC flexível, sintéticos, na cor laranja com 75 cm de altura, <b>com no mínimo duas faixas refletiva na cor prata no corpo dos cones. Referência: NBR 7195 (cores para segurança).</b>	460721	R\$ 32,90	R\$ 3.290,00
15	UN.	300	Fita zebra de sinalização nas cores laranja e branco, 7 cm x 200 metros de comprimento cada rolo. <b>Referência: NBR 7195 (cores para segurança).</b>	606146	R\$ 19,64	R\$ 5.892,00
16	UN.	50	Jardineira de Segurança, confeccionada em nylon, com uma face em poliamida e outra em PVC, costuras impermeabilizadas, possuir tiras sintéticas com encaixes para ajustes sobre os ombros. Deve ser acompanhada de botas meio cano tipo C acopladas	14605	R\$ 245,62	R\$ 12.281,00

			nas extremidades. <b>CA 43147 (referência)</b> <b>Quantidade (Q): 10 + bota n. 41;</b> <b>Q: 10 + bota n. 42; Q: 10 + bota n.</b> <b>43; Q: 10 + bota n. 44 e Q: 10 +</b> <b>bota n. 46 (corpo da jardineira</b> <b>XXGG).</b>			
17	UN.	100	Óculos de segurança incolor em peça única, todo em policarbonato (modelo tipo leopardo) <b>CA 11268 (referência).</b>	618293	R\$ 6,70	R\$ 670,00
18	UN.	100	Óculos de segurança cinza em peça única, todo em policarbonato (modelo tipo leopardo) <b>CA 11268 (referência).</b>	618293	R\$ 4,38	R\$ 438,00
19	PAR.	40	Palmilha têxtil anti-perfuração, com composta por multi-extratos de fibras de aramida, à prova de perfurações, com tecido dupla face e várias camadas, alta tenacidade. Resistência à perfuração de até 1.400 Newtons (142 KG) Espessura da palmilha: 0,5cm <b>Tamanhos: T 39 = 05 pares; T 40</b> <b>= 10 pares; T 41 = 10 pares; T 42</b> <b>= 10 pares; T 44 = 05 pares.</b>	10324	R\$ 56,95	R\$ 2.278,00
20	UN.	30	Respirador purificador de ar tipo peça ¼ facial, aranha com 4 pontos de fixação, uma válvula de exalação, queixeira interna e nas laterais deve possuir duas entradas para filtro, dotados de encaixe e junta de vedação. Deve estar acompanhado de cartuchos combinado VO+GA para respirador. <b>CA 8558 (referência).</b>	332883	R\$ 36,95	R\$ 1.108,50
21	UN.	30	Tela Tapume, cor laranja, confeccionada em polietileno (PE), resistente ao vento, flexível e de fácil manuseio. <b>Referência: NBR 7195 (Cores</b> <b>para Segurança)</b> <b>Tamanho: 1,20x50cm cada rolo.</b> <b>Malha tapume: 10x2,5cm.</b>	214798	R\$ 49,26	R\$ 1.477,80

**1.2.** Os bens objeto desta contratação não se enquadram como sendo bens de luxo, conforme prevê a legislação vigente.

**1.3.** Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, pois apresentam padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado.

**1.4.** O valor estimado total da contratação é de **R\$198.429,70 (cento e noventa e oito**

mil, quatrocentos e vinte e nove reais e setenta centavos) conforme custos unitários apostos na tabela acima.

## **2. DA FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**2.1.** Considerando a missão institucional do Serviço Autônomo de Saneamento de Pelotas – SANEP, que envolve atividades essenciais relacionadas ao saneamento básico e ao abastecimento de água potável para a população, torna-se imprescindível garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores diretamente envolvidos nessas operações. Neste contexto, Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) são essenciais para garantir a proteção física e a saúde ocupacional dos servidores públicos durante as atividades operacionais que envolvem riscos diversos como contato com agentes químicos e biológicos, riscos mecânicos, quedas, choques elétricos e exposição às intempéries climáticas. Esses materiais são utilizados por servidores do SANEP nas diversas unidades e departamentos, abrangendo setores como tratamento de águas, operações de manutenção de redes, atividades de coleta e manejo de resíduos, intervenções urbanas e serviços de manutenção preventiva e corretiva de infraestruturas hidráulicas e sanitárias do município de Pelotas. A aquisição desses EPIs atende ao interesse público ao proporcionar condições seguras e salubres aos servidores, prevenindo acidentes e doenças ocupacionais. Conseqüentemente, garante-se maior eficiência e continuidade na prestação dos serviços essenciais de saneamento à comunidade de Pelotas, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado e na proteção da integridade física e da saúde dos servidores envolvidos. Diante disso, justifica-se plenamente a necessidade de assegurar a aquisição de produtos adequados, certificados e que cumpram todas as normas vigentes de segurança do trabalho.

## **3. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **3.1. Requisitos relativos ao objeto:**

**3.1.1.** Os produtos deverão estar acondicionados de forma compatível com sua conservação, em embalagens lacradas pelo fabricante.

**3.1.2.** O produto deverá ser rotulado de acordo com a legislação vigente e no rótulo das embalagens (primária e secundária) deverão estar impressas, de forma clara e indelével, as seguintes informações:

- a) Identificação do produto, inclusive a marca;
- b) Nome e endereço do fabricante;
- c) Data de fabricação e prazo de validade ou data de vencimento e n. do lote;
- d) Componentes do produto (embalagem primária), inclusive os tipos e códigos de aditivos, caso utilizados;
- e) Número do Registro no órgão competente;
- f) Peso líquido;
- g) Condições de armazenamento, inclusive empilhamento máximo para armazenamento e para transporte (embalagem secundária).

**3.1.3.** Todos os itens deverão apresentar Certificado de Aprovação (CA) válido, quando exigido na descrição, sendo imprescindível juntar o catálogo em que conste as características do produto no envio da proposta.

### **3.2. Indicação de Marcas ou Modelos:**

**3.2.1.** Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação, uma vez que a descrição do objeto já delinea todas as suas características essenciais.

### **3.3. Da Exigência de Amostra:**

**3.3.1.** Será exigida a apresentação de amostra para os itens 5, 6, e 7 devendo ser apresentada uma amostra para cada tamanho, conforme descrição de cada item.

**3.3.2.** Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá encaminhar, sob pena de desclassificação,

no prazo de até **10 (dez) dias** a contar da habilitação, amostras do(s) respectivo(s) item(ns) em que for declarado vencedor.

**3.3.3.** As amostras deverão estar devidamente identificadas com o nome do licitante e número do item ao qual se referem, e deverão ser entregues na Divisão de Almoxarifado, sito à Rua Almirante Tamandaré, 140, Bairro Porto, Pelotas/RS – CEP 96010-750, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

**3.3.4.** As amostras serão avaliadas pelos servidores do SESMT, que considerarão os seguintes critérios para avaliação:

- a) Conformidade com as especificações do edital;
- b) Ausência de defeitos ou falhas técnicas: O produto deve apresentar bom acabamento, ausência de falhas ou defeitos visuais, costuras ou colagens firmes, etiquetas corretas, e materiais íntegros;
- c) Embalagem e Rotulagem: As embalagens devem conter rotulagem clara, legível e apresentar as informações obrigatórias (composição, fabricante, CNPJ, n. do Certificado de Aprovação, quando exigido);

**3.3.5.** A amostra será considerada **“HABILITADA”** caso atenda integralmente aos critérios mínimos estabelecidos no edital e neste Termo de Referência, ou **“INABILITADA”** caso apresente divergências relevantes quanto às especificações exigidas, falhas estruturais, ausência de rotulagem obrigatória, ou desempenho inferior ao esperado em testes básicos de funcionalidade.

**3.3.6.** No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega da amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

**3.3.7.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

**3.3.8.** Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

**3.3.9.** Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

**3.3.10.** As amostras consideradas válidas serão aceitas como parte da entrega.

#### **3.4. Subcontratação:**

**3.4.1.** É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto contratado.

#### **3.5. Garantia da Contratação:**

**3.5.1.** Não haverá exigência da garantia da contratação.

### **4. DA EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **4.1. Condições de Entrega:**

**4.1.1.** O prazo para entrega dos produtos será de até **45 (quarenta e cinco) dias** para os itens que exigem confecção e personalização (itens 1, 2, 5, 6, 7, e 11) e **30 (trinta) dias** para os demais, mediante recebimento da nota de empenho;

**4.1.2.** A entrega dos produtos deverá ocorrer de forma integral.

**4.1.4.** A entrega dos equipamentos deverá se dar nas dependências do SANEP, na Divisão de Almoxarifado, sito na Rua Almirante Tamandaré, 140 – Bairro Porto – CEP 96010-750, Pelotas/RS, no horário compreendido entre 8h e 14h de segunda a sexta-feira, em até 45 (quarenta e cinco) dias após assinatura do contrato, com frete por conta do fornecedor, ficando a cargo do SESMT conferi-lo, para efeito de posterior verificação da conformidade do mesmo com as exigências do Edital.

**4.1.6.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá

comunicar as razões respectivas com pelo menos 05 (cinco) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito ou força maior.

**4.1.7.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser reparado/corrigido no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**4.1.8.** O descarregamento ficará a cargo e de responsabilidade plena da contratada.

**4.2. Da personalização dos objetos (uniformes):**

**4.2.1.** A personalização dos uniformes deverá ocorrer com base nas descrições constantes nos itens, e conforme modelos disponibilizados no (Anexo VI).

**4.2.2.** O logotipo do SANEP pode ser acessado em sítio oficial, através do link <https://portal.sanep.com.br/institucional>, na aba "Identidade Visual".

**5. DO PRAZO E FORMA DE PAGAMENTO**

**5.1.** O pagamento será feito em até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação da NF/Fatura e a aceitação da mesma pela fiscalização.

Pelotas, xxx de xxxxxx de 2026.

**Jesus Francisco Montier de Oliveira**  
Técnico em Segurança do Trabalho  
Setor de Segurança e Medicina do Trabalho - SESMT

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 26/2026

### ANEXO II

#### DECLARAÇÃO DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, participante do Processo Licitatório n. 26/2026, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, inscrito no CPF n. \_\_\_\_\_, DECLARA, perante a Lei, que até a presente data:

- a) Não foi declarada inidônea por ato do Poder Público;
- b) Não está impedida de transacionar com a Administração Pública;
- c) Não foi apenada com rescisão de contrato, quer por deficiência dos serviços prestados, quer por outro motivo igualmente grave, no transcorrer dos últimos 5 (cinco) anos;
- d) Não incorre nas demais condições impeditivas previstas no artigo 9º da Lei Federal n. 14.133/21 consolidada pela Lei Federal n. 8.883/94;
- e) Atende à norma do inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, com redação dada pela emenda constitucional n. 20/98, que proíbe trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 anos e de que qualquer trabalho a menores de 16 anos salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos; e
- f) Tem pleno conhecimento do objeto licitado e anuência das exigências constantes do Edital e seus anexos.

Pelotas, xx de xxxxx de 2026.

Assinatura

Nome por extenso e n. de CPF

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2026

### ANEXO III

#### DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

A Empresa \_\_\_\_\_, CNPJ \_\_\_\_\_, participante do Processo Licitatório n. 25/2026, Modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, cujo objeto possui as especificações constantes do Termo de Referência, Anexo I deste Edital, por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, inscrito (a) no CPF n. \_\_\_\_\_, sob as penas da lei, para fins do estabelecido no edital, DECLARA que:

- a) Enquadra-se como MICROEMPRESA (ME) / EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP);
- b) A receita bruta anual da empresa não ultrapassa o disposto nos incisos I (ME) / II (EPP) do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/2006;
- c) Não possui nenhum dos impedimentos do §4º do artigo 3º da referida Lei, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Pelotas, xx de xxxxx de 2026.

Assinatura

Nome por extenso e n. de CPF

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2026**

**ANEXO IV**

**MODELO DE PROPOSTA**

Razão Social:		
CNPJ:		
Endereço:		
CEP:	Cidade:	Telefone: ()
E-mail		
Banco:	Agência:	Conta:

Nossa proposta para os fornecimentos dos itens abaixo em conformidade plena com o termo de referência.

Item	Unid.	Quant.	Descrição	CATMAT	Valor Un. (R\$)	Valor Total (R\$)
1	UN.	100	Boné na cor azul royal, com logotipo do SANEP na frente de cor branca (dimensões aproximadas de 8 cm de largura x 3 cm de altura), com regulagem de tamanho e tela atrás.	628838		
2	UN.	100	Boné tipo árabe, na cor azul royal, com logotipo do SANEP na frente de cor branca, com regulagem atrás.	415527		
3	PAR	195	Bota de PVC, cor preta, cano longo, tipo D, impermeável, cabedal e solado em PVC, antiderrapante, injetada em uma peça somente, no mínimo 32 cm (medido da parte inferior do solado até a parte superior do cano), flexível, com parte interna forrada em poliéster. <b>CA 37773 (referência)</b>  <b>Tamanhos e quantidades: T 36 = 5 pares; T 38 = 10 pares; T 39 = 20 pares; T 40 = 50 pares; T 41 = 20 pares; T 42 = 40 pares; T 43 = 20 pares; T 44 = 10 pares; T 45 = 30 pares; T 46 = 05 pares.</b>	618295		
4	PAR	485	Botina de 1ª linha, na cor preta, com cadarço, cabedal de vaqueta hidrofugada, forração de tecido com alma de fibra, solado de poliuretano de injeção direta no	413637		

			<p>cabedal em bidensidade (0,4 g/cm<sup>3</sup>), e de alta densidade (1,0 g/cm<sup>3</sup>), absorver choque, contraforte termoplástico acolchoado com espuma de poliuretano, com especificação técnica.</p> <p><b>CA 8681; 50759 (referência)</b></p> <p><b>Tamanhos e quantidades: T 36 = 10 pares; T 37 = 10 pares; T 38 = 30 pares; T 39 = 80 pares; T 40 = 120 pares; T 41 = 100 pares; T 42 = 100 pares; T 43 = 30 pares; T 46 = 05 pares.</b></p>			
5	UN.	700	<p>Calça com no mínimo duas costuras ponto corrente, sarja 3/1, 100% algodão, peso 266 g/m<sup>2</sup>, faixa refletiva abaixo do joelho com no mínimo 02 cm, cadarço inteiro e elástico na cintura, com pelo menos um bolso atrás do lado direito com botão e dois bolsos na frente, na cor azul royal, com logotipo vertical do SANEP, na cor branca, na parte superior da perna esquerda medindo 15 cm de comprimento (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p> <p><b>Tamanhos e quantidades: P = 50; M = 140; G = 240; GG = 200; XGG = 40; XXG = 30.</b></p>	468657		
6	UN.	160	<p>Camisa manga comprida, abertura frontal com abotoamento, com elástico no punho e três costuras, ponto corrente, tipo sarja, 100% algodão, peso 266 g/m<sup>2</sup>, na cor azul royal, com bolso na frente no lado esquerdo, com logotipo do SANEP, na cor branca, nas costas e no bolso da frente; c/ faixa refletiva de 2 cm de largura x 30 cm de comprimento abaixo do logotipo nas costas (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p> <p><b>Tamanhos e quantidades: G = 100; GG = 60</b></p>	463848		
7	UN.	440	<p>Camiseta, manga curta, gola redonda modelo básico, malha de poli viscose na cor azul royal, com</p>	444178		

			<p>logotipo do SANEP nas costas (dimensões aproximadas de 28 cm de largura x 10 cm de altura) e na frente (dimensões aproximadas de 8 cm de largura x 3 cm de altura), do lado esquerdo, na cor branca (MEDIANTE AMOSTRA PARA APROVAÇÃO).</p> <p><b>Tamanhos e quantidades: P = 40; M = 90; G = 140; GG = 90; XGG = 40; EXGG = 40</b></p> <p><b>Solicitamos atenção especial na verificação dos tamanhos XGG e EXGG, mediante a prova.</b></p>			
8	PAR	600	<p>Luva multitalo de segurança, confeccionada em suporte têxtil, revestimento em poliuretano na face palmar e ponta dos dedos, punho tricotado com elástico, dorso descoberto.</p> <p><b>CA 30916; 15272 (referência)</b></p> <p><b>Tamanhos e quantidades da palma: T 9 = 200 pares; T 10 = 350 pares</b></p>	604688		
9	PAR	300	<p>Luva mista confeccionada em raspa de couro no dorso e vaqueta na palma. Deve ser acompanhada de punho curto com medidas de no mínimo 7 cm a 10 cm. Tamanho 11.</p> <p><b>CA 29011 (referência).</b></p>	603259		
10	PAR	400	<p>Luva de borracha nitrílica com no mínimo comprimento de 45 cm e 0,56 mm de espessura.</p> <p><b>Palma 9 = 200; Palma 10 = 200</b></p> <p><b>CA 12598 (referência).</b></p>	302073		
11	UN.	200	<p>Capa de chuva amarela confeccionada em tecido de nylon com manga comprida (com logotipo do SANEP nas costas de cor azul royal), com uma face externa em poliamida e a outra em PVC, costuras impermeabilizadas, fechamento frontal, com capuz fixo ajustado por cadarço com regulador e ponteira em PVC, punhos ajustados com elástico, com ventilação peito e costas com faixa refletiva peito e costas,</p>	624146		

			aprovado para chuva, umidade. <b>CA 28728 (referência)</b> <b>Tamanhos: M = 40; G = 60; GG = 50; GXX = 50.</b>			
12	UN.	60	Capacete de segurança na cor azul, Tipo II, classe A, aba frontal, carneira injetada em polietileno e com regulagem, coroa composta de duas tiras de tecido poliéster cruzadas, possuir tira absorvedora de suor, com regulagem através de ajuste simples e deve apresentar tira jugular. Deverá apresentar selo do INMETRO. <b>CA 29637; 8304 (referência).</b>	322303		
13	UN.	05	Cinto de segurança tipo paraquedista com 02 (dois) pontos de conexão nos ombros, totalmente ajustável, confeccionado em fita poliéster; Conexão dorsal de 01 (um) ponto, uma argola "D" inclinada, em aço – Utilizada para retenção de queda (A); Conexão peitoral de 01 (um) ponto, duas alças em poliéster – Utilizadas para retenção de queda (A/2); Fivelas duplas de aço para ajustes nas pernas, suspensórios. Deve ser acompanhado de talabarte de Segurança modelo "Y" composto de fita de poliéster, dois conectores classe A com abertura de 55 mm, um conector classe "B" com abertura de 20 mm, ambos conectores com dupla trava de segurança, absorvedor de energia acoplado. **Modelo para espaço confinado. <b>CA 36647 (referência).</b>	252530		
14	UN.	100	Cones de sinalização: refletivos, em PVC flexível, sintéticos, na cor laranja com 75 cm de altura, <b>com no mínimo duas faixas refletiva na cor prata no corpo dos cones. Referência: NBR 7195 (cores para segurança).</b>	460721		
15	UN.	300	Fita zebra de sinalização nas cores laranja e branco, 7 cm x 200 metros de comprimento cada rolo. <b>Referência: NBR 7195 (cores para segurança).</b>	606146		

16	UN.	50	Jardineira de Segurança, confeccionada em nylon, com uma face em poliamida e outra em PVC, costuras impermeabilizadas, possuir tiras sintéticas com encaixes para ajustes sobre os ombros. Deve ser acompanhadas de botas meio cano tipo C acopladas nas extremidades. <b>CA 43147 (referência)</b> <b>Quantidade (Q): 10 + bota n. 41; Q: 10 + bota n. 42; Q: 10 + bota n. 43; Q: 10 + bota n. 44 e Q: 10 + bota n. 46 (corpo da jardineira XXGG).</b>	14605		
17	UN.	100	Óculos de segurança incolor em peça única, todo em policarbonato (modelo tipo leopardo) <b>CA 11268 (referência).</b>	618293		
18	UN.	100	Óculos de segurança cinza em peça única, todo em policarbonato (modelo tipo leopardo) <b>CA 11268 (referência).</b>	618293		
19	PAR.	40	Palmilha têxtil anti-perfuração, com composta por multi-extratos de fibras de aramida, à prova de perfurações, com tecido dupla face e várias camadas, alta tenacidade. Resistência à perfuração de até 1.400 Newtons (142 KG) Espessura da palmilha: 0,5cm <b>Tamanhos: T 39 = 05 pares; T 40 = 10 pares; T 41 = 10 pares; T 42 = 10 pares; T 44 = 05 pares.</b>	10324		
20	UN.	30	Respirador purificador de ar tipo peça ¼ facial, aranha com 4 pontos de fixação, uma válvula de exalação, queixeira interna e nas laterais deve possuir duas entradas para filtro, dotados de encaixe e junta de vedação. Deve estar acompanhado de cartuchos combinado VO+GA para respirador. <b>CA 8558 (referência).</b>	332883		
21	UN.	30	Tela Tapume, cor laranja, confeccionada em polietileno (PE), resistente ao vento, flexível e de fácil manuseio. <b>Referência: NBR 7195 (Cores para Segurança)</b> <b>Tamanho: 1,20x50cm cada rolo.</b>	214798		

			<b>Malha tapume: 10x2,5cm.</b>			
--	--	--	--------------------------------	--	--	--

Pelotas, xx de xxxx de 2026.

Assinatura

Nome por extenso e n. de CPF

**PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2026**

**ANEXO V**

**DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO E  
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO**

A Empresa \_\_\_\_\_, através de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, inscrito(a) no CPF n. \_\_\_\_\_, (cargo na licitante: Diretor ou Sócio-Gerente), declara, para fins de direito, na qualidade de PROPONENTE da licitação instaurada pelo SANEP, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, que cumpre fielmente todos os requisitos de habilitação na presente licitação e que o objeto apresentado obedece às especificações previstas no Termo de Referência.

Por ser a expressão da verdade, firma a presente.

Pelotas, xx de xxxx de 2026.

Assinatura

Nome por extenso e n. de CPF

## PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2026

### ANEXO VI

### MODELOS ILUSTRATIVOS

#### 1. BONÉ (item 1)



#### 2. BONÉ TIPO ÁRABE (item 2)



FRENTE

COSTAS

LATERAL

### 3. CALÇA (item 5)



### 4. CAMISA (Item 6)



## 5. CAMISETA (item 7)



## 6. CAPA DE CHUVA (item 11)

